

**HABEAS CORPUS Nº 483.869 - SC (2018/0333112-4)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : CHRISTIANE KLEIN FEDUMENTI**  
**ADVOGADO : CHRISTIANE KLEIN FEDUMENTI - SC015522**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**PACIENTE : ANSELMO BATSCHAUER**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ANSELMO BATSCHAUER contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito previsto no art. 168-A, § 1º, I, na forma do art. 71, ambos do CP, à pena de 2 anos, 6 meses e 11 dias de reclusão, em regime aberto, e 36 dias-multa, sendo a pena privativa de liberdade substituída por prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária no valor de 10 salários mínimos.

Requer a impetrante, em síntese, seja suspensa a execução provisória da pena restritiva de direitos.

Deferido o pedido de liminar e prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo *não conhecimento do habeas corpus e, evidenciado o constrangimento ilegal, pela concessão de ofício da ordem.*

É o relatório.

DECIDO.

Prestadas informações pelo Tribunal Federal quanto à execução provisória da pena restritiva de direitos, noticiou-se que (fl. 830):

*Em 19 de setembro de 2018 foi expedido ofício à 1ª Vara Federal de Joinville/SC, comunicando que este Tribunal proferiu determinação no sentido de dar-se início à execução provisória das penas impostas.*

*Os recursos especial e extraordinário interpostos por Anselmo Batschauer e Luis Batschauer foram inadmitidos por decisão desta Vice-Presidente, estando em fase de intimação das partes.*

Sobre o tema, a Sexta Turma desta Corte, ao apreciar os EDcl no REsp 1.484.413/DF e no REsp 1.484.415/DF, na sessão de 3/3/2016, adotou orientação, fixada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (HC 126.292/MG, de 17/2/2016), de que a execução provisória da condenação penal, na ausência de recursos com efeito suspensivo, não viola o princípio constitucional da presunção da inocência.

Todavia, ao analisar o caso em apreço, consta que a pena privativa de liberdade imposta ao paciente foi substituída por duas restritivas de direitos

consistentes na prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária no valor de 10 salários mínimos.

Referente ao assunto, ressalvada pessoal compreensão diversa, a Terceira Seção, no julgamento do REsp 1.619.087/SC, na sessão de 14/6/2017, adotou orientação quanto à impossibilidade de execução provisória de pena restritiva de direitos, de modo que esta só poderá ser executada após trânsito em julgado da sentença penal condenatória, nos estritos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para garantir ao paciente o direito de que não seja executada provisoriamente a pena restritiva de direitos até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Comuniquem-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator